

AUDIÊNCIA PÚBLICA - COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

TEMA: LRCAPs 2026

28/04/2026

ATA DE REUNIÃO

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às 10 horas e 36 minutos, no plenário 14 da Câmara dos Deputados, realizou-se a primeira etapa da audiência pública e, às 15 horas e 15 minutos, a segunda etapa, com a finalidade de discutir o Leilão de Reserva de Capacidade no setor elétrico brasileiro e seus impactos regulatórios, econômicos e concorrenciais. A sessão ocorreu presencialmente e foi transmitida ao vivo por meio dos links:

<https://www.youtube.com/watch?v=GaZ4ULoHR2M>

https://www.youtube.com/watch?v=bx7F_utoAuA

1. Registra-se, inicialmente, que o Leilão de Reserva de Capacidade no setor elétrico brasileiro, realizado em 2026, tinha como objetivo garantir potência energética ao Sistema Interligado Nacional (SIN) diante da intermitência das fontes renováveis e da variação instantânea do consumo. Porém, foram levantadas algumas irregularidades quanto ao certame. Por essa razão, em atendimento ao REQ 22/2026 CME, do Deputado Danilo Forte, foi convocada a reunião extraordinária, que ocorre às 10h e às 16h de 28/04/2026, para discutir o Leilão de Reserva de Capacidade no setor elétrico brasileiro e seus impactos regulatórios, econômicos e concorrenciais.

2. Foram convidados a participar da primeira parte da reunião extraordinária (que aconteceu às 10h): André Perim (Coordenador-Geral de Expansão da Geração do MME), Caio Leocadio (superintendente adjunto na EPE), Jean Paul Prates (Ex-presidente da PETROBRAS), Luiz Augusto Santos Lima (Subprocurador-Geral da República), Marcelo Leite Freire - TCU (Auditor Chefe da AudElétrica), Sumara Duarte Ticom (assessora executiva da diretoria de Planejamento do Operador

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

☎ (061) 3542-6146

Nacional do Sistema Elétrico - ONS) e Paulo Pedrosa (Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres - ABRACE).

3. A audiência foi inicialmente conduzida pelo Presidente da Comissão de Minas e Energia, Deputado Passarinho, que convidou para compor a mesa o Deputado Danilo Forte, autor do requerimento que convocou a reunião extraordinária. Ao fazer uso da palavra, o parlamentar destacou, de início, o elevado nível de endividamento da população brasileira, atribuindo-o, em tese, às altas taxas de juros e à insegurança financeira, fatores que, segundo pontuou, estariam relacionados à atual política pública, especialmente no setor elétrico. Ressaltou, ainda, que o país enfrenta, há anos, sucessivas crises energéticas, o que evidencia a necessidade de repensar os modelos de geração e armazenamento de energia. Nesse contexto, enfatizou o potencial da geração de energia limpa, com destaque para a fonte eólica na Região Nordeste, mencionando, contudo, a existência de um suposto “boicote” a esse protagonismo regional.

4. Criticou as mudanças regulatórias, atrasos em linhas de transmissão e prejuízos às empresas do setor, além de questionar o LRCAP 2026, que, segundo ele, priorizou fontes térmicas, excluiu soluções modernas como baterias e gerou custos elevados ao consumidor por meio de novos encargos. Também apontou falta de transparência na formação de preços e concentração de mercado, defendendo a necessidade de investigação, maior fiscalização pelo Congresso e revisão das políticas adotadas, sob risco de aumento da tarifa de energia e perda de competitividade da indústria nacional.

5. Assim, ressaltou a atribuição desta CME de fiscalizar os atos do Executivo, especialmente em uma situação como esta que levará a um repasse bilionário nas contas de luz dos cidadãos brasileiros, sendo esta a oportunidade de esclarecer as escolhas consideradas obscuras tomadas no LRCAP 2026 de forma que este priorize energia barata e limpa.

6. A presidência da audiência foi passada a presidência ao Dep. Danilo Forte, em razão de ser autor do requerimento e, antes de dar início a oitiva dos participantes convidados, o parlamentar destacou a necessidade de que a audiência pública seja voltada à obtenção de respostas concretas para a sociedade, criticando exposições genéricas e a falta de objetividade verificada em debates anteriores, inclusive com o Ministro de Minas e Energia. Ressaltou que, após três anos de gestão, o governo ainda não apresentou soluções efetivas para reduzir o custo da energia e ampliar as fontes renováveis.

I. Contribuições do Sr. André Perim (Coordenador-Geral de Expansão da Geração do MME)

Antes da oitiva do participante, o Dep. Danilo Forte fez questionamentos ao representante do Ministério sobre sua posição hierárquica e responsabilidade na definição do leilão, especialmente quanto à formação de preços, questionando a revisão repentina que teria dobrado os valores em curto prazo sem justificativa técnica clara. Também mencionou estudos da EPE que indicavam a necessidade de contratação de potência apenas para atender picos de demanda, reforçando a importância de esclarecer os critérios adotados no planejamento do setor.

Além disso, questionou sobre a condução do leilão de reserva de capacidade, indagando, inicialmente, por que o Ministério de Minas e Energia teria excluído a participação de soluções mais baratas, como as baterias, apesar de a modelagem original da EPE prever ampla concorrência entre diferentes fontes. Questionou, ainda, se houve afastamento ou substituição de técnicos contrários a essas mudanças e se existiria um ambiente de pressão interna no Ministério.

Também criticou o possível fracionamento do leilão em múltiplos produtos, o que, segundo sugeriu, poderia ter favorecido a divisão de mercado entre participantes. Além disso, questionou a justificativa do ministro quanto ao aumento do preço-teto para estimular concorrência, apontando o baixo deságio obtido, e levantou suspeitas sobre a elevada rentabilidade das empresas vencedoras. Por fim, questionou a conformidade do certame com os princípios da economicidade e modicidade tarifária previstos na legislação, diante dos potenciais impactos financeiros ao consumidor.

O Sr. André, apresentou o planejamento e a estruturação do leilão de reserva de capacidade, destacando que o processo foi construído com base em estudos de longo, médio e curto prazo do setor elétrico, incluindo o Plano Nacional de Energia e os PDEs, e que passou por consultas públicas. Explicou que a contratação de potência decorre de uma necessidade identificada desde 2021, especialmente diante do aumento de fontes intermitentes, como eólica e solar, e da retirada gradual de termoeletricas por fim de contrato ou vida útil. Ressaltou que o leilão buscou garantir segurança, flexibilidade e estabilidade ao sistema, com exigências técnicas mais rigorosas para as usinas. Também destacou que houve ampla participação de empreendimentos, incluindo usinas existentes, e que o certame resultou na contratação significativa de potência, com previsão de investimentos relevantes, inclusive na região Nordeste. Por fim, afirmou que o Ministério também vem trabalhando na viabilização de leilões específicos para armazenamento por baterias, reconhecendo sua importância crescente para o equilíbrio do sistema elétrico.

O Deputado Danilo Forte criticou a exposição do representante do Ministério por não responder objetivamente aos questionamentos apresentados, afirmando que a explicação se limitou a aspectos técnicos sem enfrentar os pontos centrais do debate. Questionou a alteração repentina do preço do leilão, que teria sido duplicado em poucos dias sem justificativa clara, e apontou inconsistências na lógica da “reserva de capacidade”, ao mencionar o elevado tempo de acionamento das usinas térmicas. Também criticou a priorização de térmicas no Nordeste, região que, segundo ele, não possui insumos adequados para esse tipo de geração e que deveria ser valorizada pela produção de energia renovável. Além disso, destacou a contradição do Ministério ao reconhecer a relevância das baterias, mas não incluí-las no leilão, classificando a postura como mais uma promessa não cumprida ao longo dos últimos anos.

Em seguida, o parlamentar realizou questionamentos diretos ao Sr. André Perim, sobretudo sobre possíveis substituições de técnicos e a responsabilidade pelo aumento do preço do leilão em curto prazo. Em resposta, André Perim afirmou não ter conhecimento sobre eventual afastamento de técnicos nem sobre declarações do ministro relativas à redução de preços. Quanto à elevação do preço-teto, limitou-se a explicar, de forma geral, que a definição segue estudos técnicos da EPE, posteriormente aprovados pelo Ministério e formalizados pela Secretaria Executiva, sem indicar

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

uma autoridade específica responsável pela decisão. Diante da insistência do parlamentar por uma resposta objetiva, o representante manteve explicações técnicas e encerrou sua participação mencionando a intenção do Ministério de promover leilões periódicos para dar maior previsibilidade ao setor.

Por fim, o Deputado Danilo Forte criticou a ausência do Ministro de Minas e Energia na audiência, classificando-a como um desrespeito ao Congresso Nacional e à Câmara dos Deputados. Embora tenha reconhecido o esforço do representante enviado, afirmou que as respostas apresentadas foram insuficientes para esclarecer pontos centrais, especialmente quanto à identificação de responsabilidades no âmbito do Ministério. Segundo o parlamentar, a falta de esclarecimentos sobre o leilão de energia contribui para um cenário de insegurança e potencial prejuízo ao setor energético, razão pela qual reforçou a necessidade de maior transparência e responsabilização.

II. Contribuições do Sr. Caio Leocadio (superintendente adjunto na EPE)

A este participante, o Dep. Danilo Forte fez uma série de questionamentos sobre o leilão de reserva de capacidade, com foco na justificativa técnica para a revisão repentina que teria dobrado o preço-teto em 72 horas. Solicitou esclarecimentos sobre eventual erro apontado pelo Ministro e requereu o envio da fundamentação técnica correspondente. Também questionou se o modelo originalmente proposto pela EPE previa ampla concorrência entre diferentes fontes e por que a opção mais barata, representada pelas baterias, teria sido excluída por determinação do Ministério. O parlamentar ainda indagou sobre possíveis pressões ou substituições de técnicos, a eventual fragmentação do leilão em múltiplos produtos para favorecer agentes econômicos, e a baixa competitividade do certame, evidenciada pelo reduzido deságio. Por fim, levantou dúvidas quanto à elevada rentabilidade das empresas vencedoras e à compatibilidade do leilão com os princípios da economicidade e modicidade tarifária previstos na legislação, especialmente diante do impacto potencial aos consumidores.

O Sr. Caio participou de forma remota e, inicialmente, explicou que a Empresa de Pesquisa Energética atua como órgão técnico de apoio ao planejamento energético, responsável por estudos que subsidiam as decisões do Ministério. Destacou que o leilão foi fundamentado na crescente

necessidade de contratação de potência e flexibilidade do sistema elétrico, em razão da expansão de fontes renováveis intermitentes, como eólica e solar. Ressaltou que o modelo adotado buscou garantir confiabilidade e eficiência, com maior exigência de flexibilidade das usinas, e que a EPE participou de todas as etapas técnicas, desde a elaboração metodológica até a habilitação dos projetos. Informou que houve ampla participação no certame, com grande volume de empreendimentos analisados e contratação relevante de capacidade, além de investimentos expressivos. Por fim, argumentou que os preços refletem uma nova realidade internacional de aumento de custos e restrição na oferta de equipamentos, sustentando que, apesar dos valores elevados, o modelo adotado pode evitar encargos ainda maiores ao consumidor no longo prazo.

O Deputado Danilo Forte contestou a justificativa de “custo evitado” apresentada pela EPE, questionando a lógica de considerar economia diante do aumento expressivo dos preços no leilão. Apontou que usinas térmicas que anteriormente comercializavam energia por valores significativamente menores passariam a operar com preços muito superiores após o certame, o que, segundo ele, contraria a ideia de redução de custos. Além disso, criticou a desconsideração de alternativas mais baratas, como as baterias, cujo custo seria substancialmente inferior ao das térmicas, reforçando a incoerência, em sua visão, na argumentação técnica apresentada.

O Sr. Caio Leocádio esclareceu que o conceito de “custo evitado” utilizado pela EPE refere-se à comparação entre diferentes modelos de contratação de usinas termoeletricas. Segundo explicou, no modelo antigo, essas usinas, ao serem acionadas, precisavam operar por períodos prolongados, mesmo quando a demanda era de poucas horas, gerando custos operacionais desnecessários. Já o modelo atual, com maior exigência de flexibilidade, permite o acionamento apenas quando efetivamente necessário, reduzindo custos associados ao funcionamento contínuo. Destacou que essa análise compara soluções térmicas entre si, e não inclui diretamente tecnologias como baterias, que possuem outra lógica operacional, embora reconheça que o armazenamento vem ganhando espaço e deve contribuir para o sistema no futuro, inclusive com previsão de expansão relevante nos próximos anos.

O Deputado Danilo Forte criticou a opção do modelo adotado no leilão, sugerindo que houve preferência por usinas termoeletricas mais caras em detrimento de soluções mais baratas, como as

baterias. Em resposta, o Sr. Caio Leocádio afirmou que a tecnologia de armazenamento ainda está em fase de estruturação regulatória para participação em certames futuros. O parlamentar, por sua vez, rebateu apontando que essa justificativa vem sendo apresentada há anos, encerrando a discussão de forma crítica à demora na implementação dessa alternativa.

III. Contribuições do Sr. Jean Paul Prates (Ex-presidente da PETROBRAS)

O Deputado Danilo Forte dirigiu ao Sr. Jean Paul Prates questionamentos centrados na coerência da política energética adotada no leilão. Indagou como ele avaliava a contratação de usinas termoelétricas por longos períodos, consideradas poluentes, em um contexto global de transição energética e descarbonização. Também questionou a revisão do preço-teto do leilão em curto intervalo de tempo, baseada, segundo apontou, em dados autodeclarados, levantando dúvidas sobre sua legitimidade e racionalidade econômica. Por fim, indagou sobre a estratégia de vincular a segurança energética nacional a combustíveis importados e dolarizados, transferindo riscos ao consumidor, em vez de priorizar investimentos em soluções de armazenamento de energia renovável produzida no país.

O Sr. Jean participou de forma remota e iniciou sua fala contextualizando sua experiência no setor energético e reconhecendo que há consenso quanto à necessidade de ampliar a flexibilidade e a contratação de potência no sistema elétrico brasileiro, especialmente diante do crescimento expressivo das fontes renováveis, como a geração distribuída, a solar e a eólica. Destacou que esse avanço é resultado de políticas públicas anteriores que incentivaram tais fontes, hoje amplamente disseminadas no país, e que não podem ser tratadas como um problema, mas sim como uma conquista que exige melhor planejamento e adaptação do sistema.

Apesar disso, teceu críticas ao leilão de reserva de capacidade, afirmando que, embora o volume contratado seja relevante, o modelo adotado apresenta fragilidades quanto à legalidade, proporcionalidade e economicidade. Segundo apontou, o certame resultou majoritariamente na contratação de usinas termoelétricas, inclusive a carvão, gerando um passivo bilionário ao consumidor, com custos que podem ultrapassar centenas de bilhões de reais ao longo dos contratos, além de expressivo aumento nos encargos tarifários. Para ele, a relação entre investimento e receita

contratada evidencia uma remuneração excessiva, caracterizando o que chamou de “renda regulatória”.

O ex-presidente da PETROBRAS também criticou a alteração do preço-teto às vésperas do leilão, com aumentos significativos baseados, em parte, em dados autodeclarados pelos próprios agentes interessados, o que comprometeria a transparência e a credibilidade do processo. Apontou ainda a baixa competitividade do certame, evidenciada pelo reduzido deságio, e questionou a ausência de análise de impacto regulatório formal, apesar de exigência normativa.

Do ponto de vista técnico, ressaltou inconsistências na modelagem, como a utilização de parâmetros inadequados para cálculo de custos, o que poderia levar à dupla remuneração ao consumidor. Também criticou a escolha de soluções térmicas de baixa flexibilidade para enfrentar um problema que exige resposta rápida do sistema, destacando que alternativas mais eficientes, como o armazenamento por baterias, foram desconsideradas sem justificativa técnica comparativa.

Antes de finalizar sua fala, fez os seguintes questionamentos: primeiro, para o MME e para a EPE, tem análise de impacto regulatório documentada nas portarias 118 e 119 ou não? Se existe, quem autorizou a dispensa e com base em qual fundamentação técnica? ONS, as alternativas de armazenamento de baterias foram formalmente avaliadas, descartadas, com custo-benefício documentado ou foram simplesmente excluídas da modelagem? No TCU, a AudiElétrica identificou os problemas do CVU e a dupla remuneração, qual a posição que ela vai tomar em relação à homologação desses contratos?

Por fim, alertou para impactos estruturais negativos, especialmente para as regiões Norte e Nordeste, que vêm se consolidando como polos de energia renovável, mas que podem perder competitividade com a priorização de térmicas e uso inadequado da infraestrutura de transmissão. Defendeu, assim, maior rigor técnico, transparência e responsabilidade na formulação da política energética, de modo a preservar a modicidade tarifária e garantir uma transição energética coerente com as vantagens naturais do Brasil.

Ao fim, demandou transparência no processo e a suspensão da homologação do LRCAP 26.

IV. Contribuições do Sr. Luiz Augusto Santos Lima (Subprocurador-Geral da República)

O Deputado Danilo Forte fez questionamentos voltados à atuação do Ministério Público diante de possíveis irregularidades no leilão de reserva de capacidade. Indagou, inicialmente, se, considerando as dúvidas apontadas pelo Tribunal de Contas da União quanto à formação do preçoteto e o elevado impacto financeiro dos contratos, haveria a intenção de ajuizar ação civil pública para evitar prejuízos irreversíveis ao consumidor. Em seguida, questionou se o Ministério Público investigará a eventual responsabilidade de gestores públicos pela modelagem do leilão, que, segundo apontou, teria favorecido a concentração de mercado e reduzido a concorrência. Por fim, levantou a possibilidade de apuração quanto à exclusão de soluções mais baratas e limpas, como o armazenamento por baterias, indagando se tal escolha poderia configurar irregularidades administrativas, inclusive sob a ótica da eficiência e dos compromissos ambientais.

O Sr. Luiz Augusto afirmou que o Ministério Público Federal acompanha com preocupação os questionamentos levantados sobre o leilão, especialmente sob a ótica da legalidade, da ordem econômica e da proteção do consumidor. Destacou que, embora ainda não tenha analisado formalmente todas as representações existentes, é provável que múltiplas demandas já estejam sendo apresentadas ao MPF, que buscará organizá-las e aprofundar a apuração dos fatos. Informou que, neste momento, o órgão está em fase de acompanhamento e coleta de informações, inclusive considerando a atuação do Tribunal de Contas da União, podendo evoluir para a instauração de procedimentos investigativos e, eventualmente, medidas judiciais, caso se verifique violação a princípios como a modicidade tarifária. Também apontou preocupações com aspectos como risco moral, participação de empresas com histórico problemático e eventual falta de transparência societária. Por fim, ressaltou o compromisso institucional do MPF com a defesa da ordem econômica e dos consumidores, sem descartar a necessidade de avaliar a compatibilidade do caso com a política de transição energética, sempre a partir de uma análise técnica mais aprofundada.

O Deputado Danilo Forte destacou, em resposta ao representante do TCU, preocupação com a habilitação de empresas vencedoras que já haviam participado de leilões anteriores sem cumprir integralmente suas obrigações, apontando possível falha na avaliação de credibilidade dos agentes. Além disso, afirmou que o Brasil já superou a dependência de fontes mais poluentes, como o carvão

mineral, e que o desafio atual não é a falta de energia, mas sim a gestão do excedente, evidenciado pelo curtailment. Nesse contexto, defendeu que a solução mais adequada seria o investimento em sistemas de armazenamento, como baterias, para otimizar o uso da energia já disponível no sistema.

V. Contribuições do Sr. Marcelo Leite Freire – TCU (Auditor Chefe da AudElétrica)

O Deputado Danilo Forte fez questionamentos centrados na efetividade e na regularidade do leilão de reserva de capacidade. Inicialmente, apontou a baixa competitividade do certame, evidenciada pelo reduzido deságio, e indagou se o processo não teria sido estruturado apenas para viabilizar transferência de renda aos agentes de geração, sem benefício ao consumidor. Em seguida, questionou a alteração do preço-teto em curto prazo, baseada em dados autodeclarados, indagando se o TCU já identificou possíveis falhas ou irregularidades na validação desses parâmetros. Por fim, levantou dúvidas sobre a possibilidade de homologação de contratos de longo prazo diante das incertezas técnicas e jurídicas apontadas, alertando para o risco de criação de um elevado passivo tarifário com impactos duradouros na economia.

O Sr. Marcelo explicou que o Tribunal de Contas da União vem acompanhando o leilão de reserva de capacidade desde 2025, por meio de processo de fiscalização contínua, destacando a cooperação e transparência do Ministério de Minas e Energia no fornecimento de informações. Relatou que o TCU já havia reconhecido a importância da contratação de potência para garantir a segurança do sistema, o que justificou, naquele momento, a não suspensão cautelar do leilão, diante do risco maior de prejuízos caso houvesse adiamento.

Contudo, ressaltou que a análise do Tribunal não foi encerrada e segue focada em três eixos principais: preço, demanda e desenho do leilão. Apontou que o aumento do preço-teto em curto prazo gerou preocupação e motivou a abertura de investigação específica, ainda sem conclusão definitiva, inclusive quanto à adequação dos valores anteriores e dos majorados. Também reconheceu a baixa competitividade do certame, evidenciada pelo reduzido deságio, e indicou que a segmentação em diferentes produtos pode ter influenciado esse resultado, sendo esse aspecto objeto de análise técnica.

Além disso, confirmou que o TCU identificou pontos sensíveis, como possível dupla remuneração de custos variáveis (CVU), já questionados ao Ministério, e destacou a necessidade de aprimoramento da metodologia de formação do preço-teto, especialmente por envolver dados fornecidos pelos próprios agentes de mercado. Por fim, informou que o Tribunal pretende proferir decisão de mérito antes da homologação dos contratos, a fim de esclarecer as dúvidas existentes e assegurar maior segurança jurídica e técnica ao processo.

O Deputado Danilo Forte, ao comentar as colocações do representante do TCU, destacou que a definição do preço-teto deve estar diretamente vinculada à capacidade de pagamento da população, criticando o fato de soluções mais baratas terem sido desconsideradas no leilão. Alertou, ainda, que a elevada contratação de potência no certame pode inviabilizar novos leilões no curto prazo, inclusive pelo comprometimento da infraestrutura de transmissão. Por fim, ressaltou a gravidade do cenário e defendeu que as análises dos órgãos de controle considerem os impactos sobre a modicidade tarifária e a competitividade econômica do país.

VI. Contribuições da Sra. Sumara Duarte Ticom (assessora executiva da diretoria de Planejamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS)

O Deputado Danilo Forte fez questionamentos sobre o leilão de reserva de capacidade, com foco na justificativa técnica para o aumento repentino do preço-teto, indagando se houve erro identificado pelo Ministério e se existe fundamentação que sustente a elevação dos valores. Também questionou a exclusão de soluções mais baratas, como baterias, apesar da previsão inicial de ampla concorrência entre diferentes fontes, e levantou dúvidas sobre possível interferência interna, como afastamento de técnicos. Além disso, criticou o desenho do leilão, sugerindo que sua fragmentação pode ter reduzido a competição e favorecido a concentração de mercado. O parlamentar ainda apontou a baixa competitividade do certame, a elevada rentabilidade das empresas vencedoras e possíveis violações aos princípios da economicidade e modicidade tarifária. Por fim, questionou a posição do ONS quanto à priorização de usinas térmicas inflexíveis em detrimento do aproveitamento de energia renovável já disponível e buscou esclarecimentos sobre soluções para o problema do curtailment, que vem impactando o setor e gerando prejuízos econômicos.

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

A Sra. Sumara participou de forma remota e explicou que o papel do NOS no leilão de reserva de capacidade é essencialmente técnico e voltado à avaliação da segurança do sistema elétrico. Destacou que o ONS realiza estudos contínuos para medir o risco de não atendimento da demanda, utilizando indicadores como a probabilidade de déficit e o volume de carga não suprida, apontando que, nos cenários analisados, o país já apresenta risco elevado de insuficiência de potência nos próximos anos, acima dos limites aceitáveis.

Com base nesses estudos, o ONS identifica a necessidade de contratação de potência, mas não define quais tecnologias devem ser utilizadas, sendo essa uma atribuição do Ministério de Minas e Energia. A contribuição do operador consiste em dimensionar a quantidade de potência necessária, propor requisitos de flexibilidade para garantir a operação segura do sistema, especialmente diante das variações das fontes renováveis, e avaliar a capacidade de escoamento da energia na rede de transmissão.

Por fim, ressaltou que o ONS também analisa se há infraestrutura suficiente para integrar novos empreendimentos ao sistema, podendo, inclusive, restringir projetos em locais sem capacidade de escoamento. Assim, sua atuação se concentra em fornecer subsídios técnicos para o planejamento energético, sem interferir diretamente nas decisões de política pública ou na escolha das fontes de geração.

O Deputado Danilo Forte questionou a coerência entre os estudos do sistema e as decisões adotadas no leilão, destacando a limitação da capacidade de escoamento no Nordeste, que já resulta em elevados níveis de curtailment e perda de energia renovável. Nesse contexto, indagou por que foi autorizada a contratação de significativa capacidade termoelétrica na região, mesmo diante da insuficiência de infraestrutura para escoar a energia existente, apontando uma possível contradição na política adotada. Além disso, questionou se o Operador Nacional do Sistema Elétrico avaliou alternativas como o uso de baterias ou se apenas anuiu à decisão do Ministério de desconsiderar essa tecnologia no leilão.

Em resposta, a Sra. Sumara esclareceu que o ONS não possui atribuição para aprovar ou vetar decisões do Ministério de Minas e Energia, cabendo ao órgão apenas definir a necessidade de potência e fornecer subsídios técnicos. Destacou que a escolha das fontes de geração é uma decisão

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

de política pública do Ministério. Ressaltou, ainda, que o ONS reconhece a importância das baterias e da diversificação da matriz energética. Por fim, indicou que a análise sobre escoamento de energia considera cenários específicos do sistema, nos quais a disponibilidade e a necessidade de potência são avaliadas de forma técnica.

Por sua vez, a partir da resposta apresentada, o parlamentar indagou se o ONS não foi ouvido pelo Ministério, já que são a favor das baterias e a Sra. Sumara respondeu que o ONS foi, sim, ouvido pelo Ministério de Minas e Energia, mas apenas no que se refere à necessidade de contratação de potência, não cabendo ao ONS definir quais fontes devem ser utilizadas. Reforçou que a escolha das tecnologias é uma decisão de política pública do Ministério. Além disso, explicou a diferença entre energia e potência, destacando que a limitação de escoamento observada para fontes renováveis não se aplica da mesma forma à potência, pois esta é acionada em momentos específicos, como no período noturno, quando há menor carga no sistema. Assim, segundo ela, em determinados cenários operacionais, existe capacidade de escoamento para essas fontes, justamente porque não coincidem com os momentos de maior geração das renováveis.

E seguida, o Deputado Danilo Forte questionou a coerência técnica da distinção entre energia e potência, argumentando que ambas utilizam a mesma infraestrutura de transmissão e levantando preocupação de que a contratação de térmicas poderia agravar o curtailment e os custos do sistema. Também contestou a efetividade da flexibilidade apresentada, mencionando o tempo de acionamento das usinas. Em resposta, a Sra. Sumara reiterou que o NOS não prevê aumento do curtailment e defendeu que o leilão amplia a flexibilidade do sistema, com foco na segurança do atendimento ao consumidor, especialmente no período noturno, quando há déficit de potência. Por fim, reforçou que o papel do ONS é estritamente técnico e voltado à operação segura do sistema, não cabendo ao órgão se manifestar sobre decisões de política energética, que são de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia e de outros agentes do setor.

VII. Contribuições do Sr. Paulo Pedrosa (Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres – ABRACE)

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

O Sr. Paulo, inicialmente, destacou que o setor elétrico enfrenta um cenário de descoordenação que gera insegurança operacional e pressiona os agentes responsáveis, ressaltando que, ao final, o principal impactado é o consumidor. Enfatizou que o custo da energia tem efeitos amplos sobre a economia, influenciando diretamente os preços de bens e a competitividade da indústria nacional. Em relação ao leilão, apontou preocupação com o elevado custo associado à contratação, indicando que os encargos podem aumentar significativamente as tarifas e reduzir a base de consumidores que arcam com esses custos, o que tende a amplificar ainda mais o impacto tarifário. Sugeriu que o volume contratado pode ter sido excessivo e que a estratégia de elevação do preço-teto não gerou a competição esperada, resultando em baixa redução de preços.

Também defendeu que existem alternativas mais eficientes para atender à necessidade de potência, como mecanismos de resposta da demanda e soluções de armazenamento, que poderiam reduzir custos e evitar o desperdício de energia renovável. Criticou, ainda, distorções nos sinais econômicos do setor, que podem incentivar comportamentos ineficientes e agravar problemas como o curtailment.

Por fim, alertou que o modelo adotado tende a elevar custos, comprometer a competitividade da indústria e até dificultar a expansão do mercado livre de energia. Defendeu a necessidade de revisão estrutural das políticas e dos incentivos do setor, com foco em maior eficiência, redução de custos e aproveitamento das vantagens do Brasil em energia limpa e barata para impulsionar o desenvolvimento econômico.

7. Em conclusão da primeira etapa da audiência pública, o Dep. Danilo Forte finalizou a primeira etapa da audiência pública e apresentou requerimento para iniciar uma hora mais cedo a segunda etapa da audiência, às 15h, submetendo a sugestão à concordância dos participantes.

8. A audiência foi reaberta às 15h15 e foram convidados a participar dessa segunda etapa: Marisete Dadald (Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – ABRAGE), Juliano Bueno (Diretor do Instituto Arayara), Fabio Monteiro Lima (Associação Brasileira de Soluções de Armazenamento de Energia - ABSAE), Fernando Luiz Zancan (Presidente

da Associação Brasileira do Carbono Sustentável – ABCS), Daniela Souza (Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas - ABRAGET), Heber Galarce (Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa - INEL).

9. Como determina o Regimento, a presidência da audiência foi passada ao autor do requerimento atendido, o Deputado Danilo Forte, que registrou que, até o momento, diversos aspectos irregulares do leilão não foram explicados, como a revisão relâmpago dos preços, a precificação expressiva, a falta de competitividade. Deu início então à segunda etapa da audiência pública.

VIII. Contribuições da Sra. Marisete Dadald (Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica -ABRAGE)

O Deputado Danilo Forte fez questionamentos voltados à economicidade e aos impactos do leilão. Inicialmente, indagou como se justifica, sob a ótica da modicidade tarifária, a remuneração de usinas termoelétricas já amortizadas, que não demandariam novos investimentos, mas que passariam a receber receitas expressivas ao longo dos contratos, transferindo custos ao consumidor e impactando a competitividade da indústria. Em seguida, questionou sobre a situação das linhas de transmissão no Nordeste, apontando possível contradição entre a contratação de novas térmicas e o cenário de curtailment de energias renováveis, solicitando avaliação sobre os efeitos dessa dinâmica na eficiência do sistema elétrico.

A Sra. Marisete participou de forma remota e afirmou que, embora não tenha participado da modelagem específica do leilão, a contratação de recursos de potência e flexibilidade é necessária diante das mudanças recentes na matriz elétrica brasileira, marcadas pela forte expansão das fontes renováveis, como eólica e solar, e da geração distribuída. Destacou que esse crescimento aumenta a complexidade operacional do sistema e exige mecanismos que garantam segurança e confiabilidade no atendimento, especialmente nos momentos de pico de demanda.

Nesse contexto, defendeu o leilão como instrumento para suprir essa necessidade estrutural, ressaltando que os estudos de planejamento indicam demanda crescente por potência nos próximos anos. Também reconheceu o problema do curtailment e o desperdício de energia renovável,

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

apontando que soluções como armazenamento, especialmente baterias e reservatórios hidráulicos, são complementares e necessárias para melhorar a eficiência do sistema. Por fim, destacou a importância de equilíbrio regulatório, previsibilidade e atuação do Congresso para aperfeiçoar o setor, garantindo segurança energética, atração de investimentos e modicidade tarifária, diante de um cenário em que os custos de energia vem aumentando.

O Deputado Danilo Forte afirmou que o cenário atual e as decisões adotadas no setor não favorecem a atração de investimentos, defendendo a necessidade de mudanças significativas na condução da política energética. Ainda assim, agradeceu a participação na audiência.

IX. Contribuições do Sr. Juliano Bueno (Diretor do Instituto Arayara)

O Deputado Danilo Forte destacou a ausência de participação mais ativa de representantes do setor ambiental no debate, apontando que o leilão teria negligenciado aspectos relevantes da transição energética e da agenda de descarbonização. Ressaltou que, diante da crescente demanda global por produtos de baixa emissão de carbono, o modelo adotado pode comprometer a eficiência e a credibilidade dessa transição. Por fim, passou a palavra Diretor do Instituto Arayara.

O Sr. Juliano participou de forma remota e criticou técnica e ambientalmente o leilão de reserva de capacidade, sustentando que o Brasil já possui uma sobra estrutural de energia e que a contratação adicional, predominantemente baseada em fontes fósseis, representa um equívoco estratégico. Segundo ele, a escolha por térmicas, inclusive a carvão e gás, implica aumento expressivo de custos ao consumidor, com impactos tarifários imediatos estimados entre 10% e 15%, além de efeitos inflacionários sobre toda a economia.

O expositor também questionou a formação do preço-teto, apontando que houve elevação abrupta e sem transparência, possivelmente baseada em dados autodeclarados, o que comprometeria a isonomia e a credibilidade do certame. Destacou ainda a baixa competitividade do leilão, evidenciada pelo reduzido deságio, sugerindo que o processo pode não ter promovido disputa efetiva entre os agentes.

Do ponto de vista técnico, defendeu que soluções mais eficientes e modernas, como armazenamento por baterias, gestão inteligente da demanda e redes elétricas digitalizadas, foram negligenciadas,

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

apesar de apresentarem menor custo e maior capacidade de resposta às necessidades do sistema. Criticou a adoção de térmicas como solução para flexibilidade, argumentando que essas usinas possuem tempos de acionamento elevados e não atendem adequadamente às demandas operacionais, especialmente quando comparadas a tecnologias de resposta rápida.

No campo ambiental, alertou para o aumento significativo das emissões de carbono decorrente do modelo adotado, com risco de violação de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como o Acordo de Paris. Ressaltou também os passivos ambientais associados ao uso de carvão mineral e os impactos sociais em regiões afetadas por essa atividade.

Além disso, apontou falhas estruturais no planejamento energético, como atrasos na expansão das linhas de transmissão, que contribuem para o desperdício de energia renovável (curtailment). Defendeu maior transparência na composição tarifária, revisão de subsídios considerados ineficientes e adoção de mecanismos que incentivem o consumo inteligente e a eficiência energética. Por fim, sugeriu encaminhamentos institucionais, como maior fiscalização do setor, aprofundamento das investigações sobre o leilão e aprimoramento da regulação, com o objetivo de alinhar a política energética brasileira a critérios de eficiência econômica, sustentabilidade ambiental e justiça tarifária.

X. Contribuições do Sr. Fabio Monteiro Lima (Associação Brasileira de Soluções de Armazenamento de Energia - ABSAE)

O Deputado Danilo Forte fez questionamentos sobre a comparação entre termoeletricas e sistemas de armazenamento por baterias no leilão. Inicialmente, destacou dados que indicariam baixo custo-benefício das térmicas em contraste com desempenho mais favorável das baterias, solicitando explicações sobre essa diferença e os ganhos potenciais dessa alternativa. Em seguida, questionou o impacto econômico do curtailment, apontando perdas bilionárias pela ausência de armazenamento, e indagou sobre a racionalidade de contratar térmicas nesse contexto. Por fim, levantou dúvidas sobre a eficiência do planejamento adotado, questionando se teria havido erro técnico ou eventual direcionamento na condução do leilão, diante do menor custo e maior eficiência atribuídos às baterias.

O Sr. Fabio defendeu que o armazenamento de energia por baterias é uma solução central para os desafios atuais do sistema elétrico brasileiro, especialmente no que se refere à necessidade de flexibilidade e potência. Explicou que o setor enfrenta um problema estrutural de “entregar a energia certa no momento certo”, diante da expansão das fontes renováveis, e que o armazenamento permite justamente deslocar energia no tempo, atendendo aos picos de demanda com rapidez e eficiência.

Destacou que as baterias já são uma solução consolidada internacionalmente, com implementação em diversos países, e que apresentam vantagens simultâneas em três aspectos: segurança do sistema, redução de custos e menor impacto ambiental. Segundo ele, essas tecnologias permitem resposta quase instantânea, reduzem o acionamento de térmicas e, conseqüentemente, diminuem custos operacionais e emissões de carbono. Também enfatizou o problema do curtailment no Brasil, comparando o desperdício anual de energia a grandes usinas, e alertou para o risco crescente de instabilidade no sistema elétrico devido à dificuldade de equilibrar oferta e demanda. Nesse contexto, criticou a decisão de priorizar o leilão de térmicas antes da contratação de armazenamento, argumentando que as baterias poderiam ter servido como referência de preço e contribuído para maior eficiência econômica do certame.

Além disso, apresentou dados sobre os custos das térmicas contratadas, destacando tanto os encargos fixos quanto os elevados custos variáveis de operação, e argumentou que o uso de baterias poderia reduzir significativamente esses gastos. Reforçou ainda que tecnologias modernas de armazenamento já são capazes de oferecer serviços essenciais ao sistema, como controle de frequência e estabilidade, contrariando a percepção de que não garantiriam segurança operacional. Por fim, concluiu que a adoção mais ampla de baterias permitiria reduzir o desperdício de energia renovável, diminuir a dependência de fontes térmicas, melhorar a eficiência do sistema elétrico e garantir maior segurança energética, defendendo sua implementação como solução imediata e estratégica para o país.

XI. Contribuições do Sr. Fernando Luiz Zancan (Presidente da Associação Brasileira do Carbono Sustentável - ABCS)

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

O Deputado Danilo Forte fez questionamentos críticos sobre a contratação de usinas térmicas no leilão, destacando o aumento expressivo do custo variável dessas usinas, inclusive já amortizadas, e levantando suspeitas sobre possível sobrepreço decorrente da forma como o certame foi conduzido. Também questionou a ausência de explicações claras para a elevação do preço-teto em curto prazo, mesmo após diversas exposições técnicas na audiência.

Além disso, apontou contradições entre a priorização de fontes fósseis e o contexto da transição energética, especialmente diante da existência de alternativas mais modernas, eficientes e baratas, como o armazenamento por baterias. O parlamentar também relativizou o argumento de risco de apagão, destacando a disponibilidade de capacidade já instalada no sistema e a possibilidade de rápida implementação de soluções alternativas, questionando, assim, a necessidade e a racionalidade da opção adotada no leilão.

O Sr. Fernando Zancan defendeu, em sua fala, a importância das usinas termoelétricas, especialmente a carvão, dentro de uma estratégia de segurança energética, contextualizando o cenário global de instabilidade no mercado de energia, com destaque para o aumento da demanda e volatilidade do gás natural. Argumentou que o carvão possui maior estabilidade de preço, ampla disponibilidade internacional e capacidade de estocagem, o que o tornaria uma fonte confiável em momentos de crise.

Ressaltou ainda que sistemas elétricos precisam de fontes firmes e despacháveis para garantir estabilidade, citando exemplos internacionais de apagões e defendendo que a diversificação da matriz energética é essencial. No caso brasileiro, destacou que as térmicas contribuem para a segurança do sistema e podem, inclusive, auxiliar na redução de cortes de geração (curtailment), especialmente em regiões como o Nordeste.

Também argumentou que o leilão de reserva de capacidade não deve ser visto como um custo adicional, mas como um mecanismo de redução de riscos e de custos futuros, ao evitar despachos emergenciais mais caros e garantir previsibilidade ao sistema. Por fim, enfatizou que a transição energética global não implica necessariamente a eliminação de fontes fósseis, mas sim a redução de emissões, defendendo o uso de tecnologias como captura e reciclagem de carbono, além da

integração entre fontes térmicas e renováveis, a exemplo do que vem sendo adotado por países como China e Índia.

O Danilo Forte rebateu de forma crítica os argumentos apresentados, afirmando que a exposição acabou reforçando sua posição contrária às termoeletricas. O parlamentar questionou a lógica econômica do leilão, destacando a discrepância entre custos, de cerca de R\$ 180/MWh para valores superiores a R\$ 2.500/MWh, e negando que isso represente redução ou equilíbrio de preços. Também criticou a opção por fontes fósseis em detrimento das renováveis, ressaltando que o Nordeste possui abundância de sol e vento, o que tornaria ilógico importar carvão para geração de energia. Defendeu ainda que soluções como baterias oferecem segurança e estabilidade ao sistema com custo significativamente menor, reforçando que o Brasil possui vantagens naturais, como ampla disponibilidade hídrica, que dispensariam comparações com países como China e Índia. Ao final, concluiu que os argumentos apresentados podem fazer sentido em outros contextos, mas não se aplicam à realidade energética brasileira.

XII. Contribuições da Sra. Daniela Souza (Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas - ABRAGET)

A Sra. Daniela defendeu a relevância das termoeletricas no sistema elétrico brasileiro sob a ótica da confiabilidade e da operação do sistema, destacando que a matriz atual, com forte presença de fontes renováveis intermitentes como solar e eólica, exige recursos capazes de garantir potência e estabilidade, especialmente nos horários de pico noturno. Explicou que houve uma mudança no modelo de contratação das térmicas, que passaram a ser remuneradas não apenas pela energia gerada, mas pela disponibilidade e capacidade de resposta mais rápida, o que impacta os custos. Ressaltou que o planejamento do setor considera critérios de segurança, custo e impacto ambiental, enfatizando que a confiabilidade do sistema é um bem público e que o risco de falta de energia pode gerar custos ainda maiores para a sociedade. Argumentou que as baterias têm papel importante, sobretudo na redução do curtailment, mas ainda apresentam limitações técnicas, como tempo de descarga inferior ao necessário para atender períodos prolongados de demanda, não sendo suficientes, isoladamente, para garantir a segurança do sistema.

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

Também destacou que o país enfrenta risco crescente de déficit de potência, com estudos indicando alta probabilidade de falhas no atendimento futuro da demanda, o que justificaria a contratação de térmicas como forma de assegurar o fornecimento. Por fim, defendeu que essas usinas contribuem para a estabilidade da rede, inclusive evitando apagões, e que o leilão deve ser compreendido como um mecanismo de mitigação de riscos e de garantia de segurança energética, com espaço complementar para diferentes tecnologias dentro da matriz.

Em resposta, o Deputado Danilo Forte afirmou que a questão da segurança do sistema já está sendo tratada por outras medidas, como a aquisição de compensadores síncronos anunciada pelo NOS, e destacou que o leilão em discussão não tem como foco principal a segurança elétrica, mas sim a contratação de potência, indicando que não se deve confundir esses dois aspectos no debate.

10. Antes de dar prosseguimento a oitava do último palestrante, o Dep. Julio Lopes (PP-RJ) pediu a palavra para fazer uma breve intervenção na audiência e manifestar apoio à manutenção do leilão, argumentando que eventuais inconsistências seriam menos prejudiciais do que sua anulação e realização em caráter emergencial. Defendeu que possíveis distorções sejam corrigidas por meio do acompanhamento e atuação do Tribunal de Contas da União. Além disso, o parlamentar questionou a credibilidade acadêmica de Juliano Bueno, levantando dúvidas sobre a validade de sua titulação como pós-doutor e ressaltando a importância de rigor quanto às qualificações dos participantes do debate, sugerindo que o tema poderia ser melhor discutido em eventual confronto presencial. O Deputado Danilo Forte respondeu ao Deputado Julio Lopes afirmando que a audiência não tinha como foco a análise da titulação dos participantes, mas sim a discussão sobre o leilão de capacidade. Em contraponto, Julio Lopes sustentou que eventuais inconsistências na qualificação acadêmica poderiam comprometer a credibilidade das falas apresentadas. Na sequência, Danilo Forte encerrou o debate sobre o tema e deu prosseguimento à audiência, chamando o próximo expositor.

XIII. Contribuições do Sr. Heber Galarce (Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa - INEL)

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

(061) 3542-6146

O Sr. Heber destacou que, ao longo de toda a audiência, apesar do elevado nível técnico dos expositores, não houve esclarecimento satisfatório sobre os principais pontos do leilão de reserva de capacidade, especialmente quanto à formação de preços e às decisões que levaram ao desenho final do certame. Ressaltou que o debate acabou se concentrando em explicações sobre o funcionamento das termoeletricas, quando o foco deveria ser compreender como e por que o leilão foi estruturado da forma apresentada.

Enfaticou que, na sua avaliação, o Nordeste foi particularmente prejudicado, considerando os investimentos realizados em fontes renováveis e o aparente desalinhamento entre esse histórico e a priorização de soluções mais onerosas. Nesse contexto, adotou uma abordagem mais pragmática e institucional, propondo que a Comissão de Minas e Energia atue de forma incisiva em sua função fiscalizatória, requisitando formalmente um conjunto amplo de documentos, cerca de 72 itens, para esclarecer, de maneira objetiva e documentada, os fundamentos técnicos e decisórios do leilão.

Entre os pontos que defendeu serem apurados, destacou: a origem e os critérios do cálculo da necessidade de potência; as memórias de cálculo do risco de não atendimento; os estudos que embasaram o volume contratado; a metodologia de formação e a súbita alteração do preço-teto; os atos administrativos que autorizaram tais mudanças; a eventual exclusão ou segregação de alternativas como baterias; o desenho concorrencial do certame; os impactos tarifários projetados; e a identificação das autoridades técnicas e administrativas responsáveis por cada etapa decisória. Argumentou que o acesso a essas informações é essencial para que o Parlamento, o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público e a sociedade possam exercer controle efetivo sobre uma decisão pública de grande impacto econômico.

O Sr. Heber também chamou atenção para a proximidade da homologação do leilão, defendendo que a análise desses elementos deve ocorrer antes da consolidação dos contratos de longo prazo, evitando que eventuais falhas ou inconsistências se tornem irreversíveis. Destacou que não se trata de negar a necessidade de energia firme ou de segurança do sistema, mas de assegurar que tais objetivos sejam alcançados com transparência, racionalidade econômica e respeito ao princípio da modicidade tarifária. Criticou, ainda, a ausência de explicações sobre o expressivo aumento do preço-teto em curto espaço de tempo, a baixa competitividade observada no leilão e a concentração

de resultados, levantando dúvidas sobre a efetividade do processo em gerar benefício ao consumidor. Ressaltou que há uma percepção generalizada, inclusive entre especialistas do setor, de que os fundamentos do leilão não foram devidamente esclarecidos.

Por fim, reforçou a preocupação com o impacto social das decisões, destacando o elevado custo potencial envolvido e a dificuldade crescente da população em arcar com tarifas de energia. Defendeu que o Brasil aproveite suas vantagens naturais, como a abundância de fontes renováveis, de forma estratégica e eficiente, evitando soluções mais caras ou menos alinhadas com a realidade nacional. Concluiu reiterando o pedido de transparência, revisão técnica e aprofundamento institucional das decisões, como condição essencial para garantir um modelo energético equilibrado, sustentável e socialmente justo.

11. Em seguida, foi concedida a palavra ao Deputado Lafayette de Andrada (PL-MG) que fez dez duras críticas ao leilão de reserva de capacidade. Recordou que, antes da realização do certame, o ministro já havia sido questionado na comissão sobre a elevação abrupta do preço-teto, sem apresentar justificativa convincente, prometendo que a concorrência reduziria os valores, o que não se concretizou, diante do baixo deságio observado. O parlamentar destacou que, ao longo da audiência, as autoridades técnicas não conseguiram responder de forma objetiva aos questionamentos centrais sobre preços, metodologia e eventuais falhas apontadas pelo Tribunal de Contas da União, limitando-se a explicações gerais sobre o funcionamento do sistema elétrico. Criticou ainda o contraste entre a atenção dada a subsídios menores, como os associados à geração distribuída, e a ausência de questionamento proporcional diante de um leilão com impacto estimado em centenas de bilhões de reais. Por fim, levantou dúvidas quanto à observância dos princípios constitucionais da administração pública (legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência), questionando se esses requisitos foram efetivamente respeitados no processo. Concluiu classificando o leilão como uma decisão grave e prejudicial ao consumidor, representando, em sua visão, uma afronta ao interesse público.

12. Por fim, o Dep. Danilo Forte, diante de todas as contribuições feitas durante a audiência, registrou sua frustração considerando a ausência de respostas aos questionamentos feitos. Assim, encerrou a audiência reforçando críticas à condução do leilão, afirmando que houve falta de transparência, decisões opacas e potencial prejuízo à população, especialmente em um contexto de elevado endividamento das famílias brasileiras. Destacou que, mesmo após a oitiva de diversas autoridades do setor, não houve explicação satisfatória para pontos centrais, como a alteração do preço-teto em curto prazo.

13. O parlamentar defendeu que cabe ao Congresso Nacional exercer seu papel fiscalizador, apurando os fatos e, se necessário, responsabilizando eventuais irregularidades, inclusive com medidas de natureza investigativa e sancionatória. Sugeriu que o processo pode ter resultado em concentração de mercado, distorções na formação de preços e possíveis benefícios indevidos a determinados agentes econômicos.

14. Por fim, informou que será elaborado um relatório com base nos debates da audiência, a ser encaminhado à Comissão de Minas e Energia, à Presidência da Câmara dos Deputados e aos órgãos de controle, com o objetivo de aprofundar a análise, esclarecer dúvidas e avaliar a legalidade e os impactos do leilão, especialmente quanto aos custos que poderão ser repassados à sociedade.

15. Nada mais havendo a tratar, o Deputado declarou encerrada a audiência pública, por volta das 17h30.

Ata lavrada por:

Dra Larissa de Souza

Advogada de Direito Regulatório do Escritório Fernanda de Paula Advocacia e Consultoria.

FERNANDA
CRISTINNE ROCHA
DE
PAULA:01117993175

Assinado de forma digital por
FERNANDA CRISTINNE ROCHA
DE PAULA:01117993175
Dados: 2026.04.29 15:19:03
-03'00'

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF nº 56.513

WWW.FERNANDEPAULA.COM.BR

CONTATO@FERNANDEPAULA.COM

☎ (061) 3542-6146